Desigualdades e Justiça Climática:
Desafios da ciência política no Sul Global
14º Encontro ABCP Associação Brasileira de Ciência Política
01 e 02/08/2024 - On-line
05 a 08/08/2024 - Presencial
UFBA - Campus São Lázaro – Salvador, BA

14º Encontro da ABCP
5 a 8/08/2024
Universidade Federal da Bahia

AT01. Comportamento Político
Sessão presencial

EVOLUÇÃO HUMANA E POLÍTICA: EMPATIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, SENSO DE COMUNIDADE E LEGITIMIDADE DO REGIME POLÍTICO

Universidade Federal do Ceará

Jakson Alves de Aquino

Resumo

Pesquisas de psicologia evolucionista, estudos cladísticos comparando humanos com outros antropoides e da neurociência têm realçado a importância da capacidade de empatia e da tendência à formação de comunidades para uma explicação mais completa do comportamento humano do que tem sido rotineiro nas ciências sociais. Os objetivos deste artigo são, com base nessa literatura, (1) elaborar hipóteses novas ou aspectos novos de hipóteses existentes na literatura de comportamento político sobre como os eleitores escolhem seus candidatos e (2) formular propostas de questões para testar essas hipóteses em pesquisas observacionais ou experimentais. Algumas perguntas norteadoras desta pesquisa são: Qual o papel da empatia na escolha de candidatos pelos eleitores? Os eleitores se sentem pertencentes à mesma comunidade dos seus candidatos, ou não? Como o sentimento de pertencimento a uma comunidade (local, nacional ou global; baseada em gênero ou orientação sexual) influencia nas decisões dos eleitores? Como a relação entre sentimento de pertencimento a comunidades específicas influencia a sensação dos eleitores de estarem ou não adequadamente representados pelos políticos eleitos?

Palavras-chave: eleitores; empatia; comunidade; voto; representação política.

Introdução

Os cientistas sociais, tipicamente, tentam explicar os fenômenos sociais sem recorrer à psicologia e, muito menos à biologia. Em parte, isso é resultado da inevitável especialização dos pesquisadores em áreas de conhecimento e da divisão burocrática das universidades em departamentos acadêmicos. Mas, além disso, há também uma aversão a qualquer tentativa de uso da biologia para explicação do comportamento humano. Na prática, em geral, os cientistas sociais (ou melhor, a grande maioria das pessoas, inclusive os cientistas sociais) tratam os humanos como se fossem portadores de uma mente não dependente de um corpo para existir. Isso está de acordo com os ensinamentos das religiões mais populares no mundo, mas não corresponde às evidências empíricas coletadas e analisadas pelos próprios cientistas.

Neste artigo, revisarei brevemente a literatura produzida por alguns biólogos, psicólogos e cientistas sociais que argumentam que o comportamento humano pode ser parcialmente explicado por sua herança biológica. Em seguida, farei uma reflexão sobre a potencial contribuição das teorias evolucionistas para a pesquisa na área de comportamento político. Veremos que as pesquisas na área de comportamento político têm sido efetivas na análise dos aspectos culturais do comportamento político mas têm negligenciado as contribuições vindas das ciências evolucionistas. Ao fazerem isso, inadvertidamente, contribuem para reforçar a ideologia de que os humanos, mais do que especiais, pertencem a um reino próprio, não animal.

Teorias evolucionistas

A descoberta do DNA na década de 1950 jogou luz sobre os mecanismos da herança genética, sendo especialmente relevantes para a ciência política as teorias da evolução da cooperação elaboradas a partir da década de 1960. De forma sintética, podemos considerar que a ciência política se ocupa da explicação de fenômenos relacionados à disputa pelo poder de controlar recursos públicos. Os problemas sociais são problemas de ação coletiva (requerem a cooperação de muitos, mas, para cada indivíduo, o mais racional é não cooperar) e os Estados são as organizações criadas para resolver esses problemas. Partidos políticos são organizações em que os correligionários agem de forma coordenada para ficar à frente do governo que, por sua vez, tem um importante papel na gestão de parte considerável do Estado por algum tempo. Portanto, além de analisar as motivações racionais dos agentes políticos, é preciso considerar possíveis fontes de irracionalidade. Propensões biológicas tanto podem levar os sujeitos a cooperarem mais do que o esperado de um ator racional quanto a ter um comportamento prejudicial ao alcance dos próprios objetivos políticos.

Um organismo sob controle dos seus genes tenderá a agir de modo a multiplicar o número de cópias dos seus genes. Mais especificamente, os genes que controlam o caráter altruísta ou egoísta de um organismo farão esse organismo se comportar de modo a criar o maior número possível de cópias deles próprios. E a forma de obter esse resultado é não apenas sobrevivendo e se reproduzindo, mas, também, ajudando outros organismos que carregam as mesmas cópias desses genes a sobreviverem e se reproduzirem. Ou seja, a biologia não espera que os organismos sejam puramente egoístas. Se houver mecanismos que tornem possível a um organismo reconhecer quais outros carregam os mesmos genes, haverá a tendência ao altruísmo entre esses indivíduos.

Todos os humanos compartilham um enorme percentual dos genes. Mas as diferenças existentes nos genes que variam entre as pessoas são menores entre parentes próximos, particularmente entre pais e filhos e entre irmãos. Por isso, a biologia prevê que haverá altruísmo de parentesco nas espécies cujos indivíduos têm uma alta probabilidade de reconhecer quem são seus parentes próximos, prevalecendo o egoísmo entre os indivíduos não aparentados.

Psicologia evolucionista

O argumento básico da psicologia evolucionista é que as tendências geneticamente determinadas a comportamentos específicos evoluíram, quase totalmente, até o pleistoceno, período compreendido entre aproximadamente 2,5 milhões e 11 mil anos atrás (TOOBY e COSMIDES, 1992). O período do início do desenvolvimento da agricultura até as sociedades com o nível atual de tecnologia, teria sido muito curto para a evolução de características biológicas marcadamente distintas das apresentadas por nossos ancestrais de 11 mil anos atrás. Mas, mais importante, o avanço tecnológico permitiu que se encontrasse soluções culturais para a maioria dos problemas enfrentados, restando menos oportunidades para atuação do processo de seleção natural. O mecanismo é bem simples: se os indivíduos de uma espécie têm características variadas devido a diferenças no código genético e se algum problema faz alguns indivíduos terem maior probabilidade de deixar menor número de descendentes devido a essas diferenças, então, a próxima geração contará com uma proporção menor dos genes prejudiciais à sobrevivência e reprodução desses indivíduos. Por exemplo, se o ambiente esfria ou se uma população de animais de sangue quente é forçada a migrar para uma região mais fria, os indivíduos com melhor isolamento térmico terão maiores chances de sobreviver até a idade adulta e deixar descendentes. Mas, se esses indivíduos forem humanos que já aprenderam a dominar o fogo e a produzir roupas que lhes protegem do frio, todos terão as mesmas chances de sobreviver e não haverá evolução genética levando a uma maior adaptação ao frio. Os

psicólogos evolucionistas, portanto, se interessam por pesquisas arqueológicas que descrevem as condições de vidas dos povos caçadores-coletores que viveram há milhares de anos e por pesquisas antropológicas de povos caçadores-coletores existente (à época da pesquisa) porque foi esse o modo de vida dos nossos ancestrais durante todo o pleistoceno.

Outra fonte de hipóteses evolucionistas são os estudos comparativos de opiniões, valores e atitudes dos indivíduos de sociedades contemporâneas. Maneiras de pensar e agir comuns aos indivíduos de todas as sociedades são suspeitas de serem influenciadas geneticamente. Dados de pesquisas transnacionais como a Pesquisa Mundial de Valores são relevantes tanto para produzir quanto para ajudar a corroborar ou falsear hipóteses evolucionistas.

Exemplo de hipótese típica da psicologia evolucionista é de que a diferença de comportamento (inclusive político) de homens e mulheres não é apenas decorrente de uma cultura machista e patriarcal. Homens e mulheres teriam evoluído para terem comportamentos diferentes porque, sistematicamente, por milhões de anos, enfrentaram problemas distintos: somente as mulheres engravidam e amamentam e fazem isso em uma situação de maior debilidade física do que os homens. É praticamente inconcebível para alguém com pensamento evolucionista a ideia de que isso não tenha deixado nenhuma marca no nosso código genético.[1]

Empatia e teoria da mente

A capacidade de empatia desempenha um papel central nas teorias sobre a evolução da mente humana. Assim como Weber (1994), os psicólogos evolucionistas chamam de empatia a capacidade do indivíduo de viver em si próprio os sentimentos que acredita que o outro está sentindo ou a capacidade de calcular o que o outro está pensando. Um ser humano sozinho e desarmado fica em grande desvantagem em uma situação de luta corporal com grandes predadores africanos, tais como leopardos e leões. Mas, com altas habilidades para produzir ferramentas e capacidade de formar alianças e, há aproximadamente dois milhões de anos, dominando o fogo, têm relativamente pouco a temer no reino animal. Viver em sociedade e em cooperação aumenta enormemente as chances de sobrevivência de um ser humano. Pelos mesmos motivos, os seres humanos inimigos representam a maior ameaça existente à sobrevivência de um indivíduo. Por isso, é importantíssimo para cada indivíduo ser capaz de saber se os outros com quem interage lhe dizem a verdade ou estão mentindo, se estão tentando lhe ajudar ou lhe prejudicar, ou, no limite, salvar sua vida ou lhe matar. Somos descendentes de indivíduos que tinham uma capacidade de empatia acima da média. A empatia é uma arma de sobrevivência e muitos teóricos da evolução consideram que a evolução do cérebro humano

[1] Para um levantamento de hipóteses inspiradas pela psicologia evolucionista, ver Petersen (2022).

é o resultado de uma corrida armamentista em que os indivíduos estão constantemente tentando superar os outros na sua capacidade de compreender o que se passa na mente do outro e, consequentemente, de prever e manipular o comportamento de acordo com seus próprios interesses.[2]

Xenofobia

Já vimos que é de se esperar uma maior cooperação entre parentes próximos do que entre pessoas sem relações de parentesco. Mas a aplicação da teoria dos jogos ao contexto em que viviam nossos antepassados também permite perceber racionalidade em, pelo menos, dois outros tipos de cooperação entre não-parentes: por reciprocidade e por busca de prestígio. A cooperação por reciprocidade ocorre porque é racional para um indivíduo fazer um favor para outro se o custo de fazer o favor no momento em que é solicitado for baixo para quem faz quando comparado ao benefício para quem recebe e se houver um risco considerável de quem faz o favor precisar de ajuda no futuro. A evolução de emoções como piedade (que resultaria em solidariedade), vingatividade (que motivaria a punição de quem não coopera) e gratidão (que levaria à reciprocidade) estaria de acordo com as expectativas dos teóricos evolucionistas.

Para a busca por prestígio ser um elemento importante na cooperação, é preciso que os indivíduos tenham uma elevada capacidade de comunicação para se informarem uns com os outros sobre o comportamento típico de pessoas que não conhecem e, assim, poderem avaliar se um estranho merece ou não ter seu pedido de ajuda atendido.

Vale observar que os três tipos de cooperação mencionados dependem de alguma proximidade entre os indivíduos: é mais provável alguém que mora perto ser um parente do que alguém que mora longe, assim como é maior a probabilidade de ter a oportunidade de receber um favor no futuro de alguém ou obter informação sobre alguém que mora perto do que de alguém que mora longe. Por isso, a teoria da escolha racional prevê que a possibilidade de alguém trapacear numa situação que exige cooperação será maior entre pessoas que pertencem a comunidades diferentes. A evolução de uma tendência a desconfiar e desprezar pessoas de outras comunidades seria uma forma de fazer as pessoas, reagindo emotivamente, se comportarem de modo racional. Ou seja, o pensamento evolucionista hipotetiza a xenofobia como natural. Isso não significa que seja algo desejável, mas que será mais eficazmente combatida fazendo os indivíduos perceberem todas as pessoas de todas as culturas como pertencentes a uma única comunidade humana do que tentando treinar as pessoas a confiarem em indivíduos

[2] Sobre as bases neurológicas da teoria da mente, ver Adolphs (2009). Sobre a relação entre emoções, moralidade e cooperação com a política, ver Van Leeuwen e Petersen (2023) e Van Leeuwen et al. (2024).

de comunidades diferentes.[3]

Estudos cladísticos

Os psicólogos evolucionistas são frequentemente criticados por hipotetizarem a existência de uma multiplicidade de mecanismos psicológicos. Para cada problema recorrente enfrentado por nossos ancestrais, é provável se encontrar algum psicólogo evolucionista que preconize a existência de algum módulo mental geneticamente codificado para lidar com aquele problema. De fato, a existência de uma tendência inata a reagir a algum problema recorrente pode ser vantajoso porque reações instintivas ou emotivas são muito mais rápidas do que decisões resultantes de raciocínio lógico. Mas, para um mecanismo específico se desenvolver, o processo de seleção natural precisa encontrar um meio de fazer com que um comportamento ou a facilidade de aprender um comportamento seja registrada no código genético, e isso não é trivial.

Um dos críticos dessa tendência dos psicólogos evolucionistas hipotetizarem um elevado número de mecanismos específicos é o sociólogo Jonathan Turner (2021). Para ele, a comparação de humanos com outros antropoides existentes — principalmente, gorilas, chimpanzés e bonobos — seria frutífera para orientar a elaboração de hipóteses sobre influências genéticas no comportamento social dos humanos atuais. Características comportamentais em comum entre os humanos e os demais antropoides poderiam ser consideradas existentes no nosso último ancestral comum com esses antropoides, tendo permanecido em nosso código genético durante os 6 a 7 milhões de anos que nos separam desse último ancestral comum.

Assim como os humanos atuais, gorilas, e, principalmente, chimpanzés e bonobos selvagens são capazes de usar ferramentas simples e emitir vocalizações com significados específicos e exclusivos de cada comunidade. Quando criados em interação com humanos, compreendem a língua falada por seus tutores e são capazes de aprender a se comunicar por linguagem de sinais. Todos têm comportamento individualista: embora vivam em grupo e chimpanzés e bonobos formem pequenas alianças para proteção mútua, a maior parte do tempo, agem por contra própria em busca da própria comida.

Gorilas machos formam haréns, mas chimpanzés e bonobos, assim como humanos primitivos, vivem da caça e da coleta, organizados em sociedades de fissão e fusão: geralmente perambulam em grupos pequenos de cerca de 10 indivíduos que são amigáveis quando se encontram com outro grupo pertencente à mesma comunidade e agressivos quando encontram um grupo pertencente a uma comunidade que ocupa outro território. Algo muito relevante para

[3] Relacionado com sentimento de pertencimento a comunidade e xenofobia, Van Bavel e Pereira (2018) mostram que, para muitos indivíduos, estar alinhado com o partido é cognitivamente mais importante do que aceitar evidências empíricas. Quando politicamente motivados, os indivíduos não usam suficientemente seus conhecimentos prévios em suas reflexões (PENNYCOOK e RAND, 2021).

a ciência política é a observação feita por alguns primatologistas de comunidades inteiras de chimpanzés (formadas por cerca de 100 indivíduos) se manterem reunidas de forma festiva por um ou dois dias antes de se dispersarem novamente. Isso indica uma capacidade inata de se sentir parte de uma comunidade maior do que seu grupo restrito, mesmo que os contatos com os demais membros dessa comunidade sejam infrequentes.[4]

Observando as diferenças entre os antropoides não humanos atualmente existentes e os humanos, Turner (2021) conclui que nós somos menos individualistas e mais dedicados à família, temos uma maior propensão a formar laços sociais e maior capacidade de cooperação, e, consequentemente, formamos grupos mais estáveis. As regiões do cérebro que mais evoluíram foram, inicialmente, as regiões relacionadas às emoções e, em seguida, as regiões relacionadas à capacidade cognitiva. Hoje, as regiões do cérebro humano relacionadas às emoções são cerca de duas vezes maiores do que as de chimpanzés e as áreas relativas à cognição são três vezes maiores (TURNER, 2021, p. 59). Em síntese, a sequência da evolução humana desde nosso último ancestral comum com os chimpanzés foi: (1) tornar-se bípede (para se distanciar da proteção das árvores e explorar a savana), (2) tornar-se mais emotivo (para uma vida mais cooperativa, necessária à vida na savana) e (3) tornar-se mais inteligente (para lidar com a necessidade de viver em sociedade e cooperar com indivíduos inteligentes que não deixaram de ser individualistas). O resultado é o desejo simultâneo de agir com liberdade e fazer parte de redes sociais.

Redes sociais, emoções e sociedades possíveis

Apesar de oferecer explicações empiricamente consistentes sobre a evolução das emoções e da capacidade cognitiva humanas — mais parcimoniosas do que as da psicologia evolucionista com seus milhares de módulos específicos — Turner (2021) não oferece uma teoria detalhada sobre como a nossa história evolutiva impacta a vida social hoje (HO, 2023, p. 123) e, nesta subseção, nos voltaremos para as contribuições de Nicholas Christakis para a compreensão da natureza humana.

A expressão das emoções tem como função básica transmitir informações sobre o que sentimos. A transmissão de informação por meio de linguagem simbólica é mais precisa, mas muito lenta. As pessoas são capazes de interpretar emoções expressas no rosto, nos gestos e no tom de voz quase instantaneamente, com a tendência de serem afetadas, ou seja, de sentirem elas próprias alguma emoção. Por exemplo, ao ver alguém sentindo dor, uma pessoa pode se sentir mal e agir para aliviar a dor da outra. Talvez mais relevante para a ciência política

[4] Sobre o papel do sentimento de pertencimento a comunidade na origem da religião, ver Turner et al. (2018).

é que o contágio das emoções podem ajudar a coordenar as ações de um grupo de pessoas. É o contágio das emoções que, por exemplo, torna possível a transformação de uma multidão em uma turba violenta ou, ocasionalmente, cria um clima de empolgação generalizada entre os eleitores de alguns candidatos durante a campanha eleitoral (CHRISTAKIS e FOWLER, 2011).

Christakis (2019) defende que os seres humanos têm algumas características comportamentais definidas em seu código genético e que todas as formas de organização social que tentaram se distanciar muito desse padrão entraram em colapso. As oito características comuns aos indivíduos de todas as sociedades que seriam resultados do comportamento humano geneticamente codificado são:

1. Capacidade de ter e reconhecer identidade individual.
2. Amor por parceiros (cônjuges) e filhos.
3. Amizades.
4. Redes sociais.
5. Cooperação.
6. Preferência pelo próprio grupo.
7. Hierarquia leve (relativo igualitarismo).
8. Aprendizado e ensino social.

Todas as sociedades formadas seguindo ideais utópicos que se distanciaram consideravelmente dessas características fracassaram. Qualquer tentativa de formação de uma sociedade futura que tente forçar as pessoas a se comportarem de forma muito diferente do que está geneticamente codificado sofrerá resistência e voltará aos limites do biologicamente possível. Essas características e limites propostos por Christakis (2019) representam hipóteses mais genéricas de influência biológica sobre o comportamento humano do que as dezenas de módulos mentais hipotetizadas pelos psicólogos evolucionistas.

Pesquisas com gêmeos

Com uma diversidade de hipóteses a serem testadas, precisamos de métodos de pesquisa adequados para distinguir as causas biológicas das sociais, e os estudos com gêmeos são um desses métodos.

O comportamento humano não é determinado de forma exata e invariável por instintos. O que temos são emoções que guiam nosso comportamento mas que podem ser parcialmente controladas. Além disso, poucos genes têm uma expressão fixa, independente do ambiente. Portanto, qualquer aspecto do nosso comportamento é o resultado da interação entre nossos genes e o ambiente em que vivemos e qualquer tentativa de quantificar com precisão qual

proporção do comportamento é geneticamente determinada e qual proporção da variação comportamental entre os indivíduos é causada por variações ambientais deve ser entendida como metafórica: *se fosse possível separar essas proporções, elas seriam* P *e* $1 - P$. Feita esta ressalva, estudos que comparam opiniões, atitudes e comportamento de gêmeos univitelinos (monozigóticos) e gêmeos fraternos (dizigóticos) permitem calcular essas metafóricas proporções.

Como explicam Bell, Schermer e Vernon (2009), os estudos com gêmeos, permitem estimar três efeitos: G, efeito genético; C, efeito do ambiente comum; e N, efeito do ambiente não compartilhado. Considerando que gêmeos monozigóticos compartilham 100% do código genético e gêmeos dizigóticos compartilham apenas 50% dos genes que costumam variar entre os humanos e supondo que não há diferença na variação entre os ambientes em que vivem os dois tipos de gêmeos, as estimativas são calculadas de acordo com as expressões

$$G = (MZr - DZr) \cdot 2$$

$$C = (DZr \cdot 2) - MZr$$

$$N = 1 - (G + C)$$

em que MZr é a correlação das respostas dos gêmeos monozigóticos e DZr a correlação das respostas dos gêmeos dizigóticos.

Pesquisas empregando essa metodologia têm indicado, por exemplo, que a hereditabilidade genética do interesse por política é de 62%, do autoposicionamento em uma escala liberalismo–conservadorismo (no contexto dos EUA) é de 57% e de religiosidade e conservadorismo social é de 34% (BELL, SCHERMER e VERNON, 2009), do apoio à pena de morte é de 50% e do apoio à censura, 41% (ALFORD e HIBBING, 2004). Segundo Hatemi et al. (2014), entre 30% e 60% da variância em atitudes políticas são explicadas por influência genética. Estudando a diferença de correlação entre atitudes de pais e filhos biológicos e pais e filhos adotivos, Willoughby et al. (2021) concluem que a influência genética é considerável, sendo responsável, por exemplo, por 25% da variação em orientação política e 50% da variação em autoritarismo.

Além da ressalva já feita, é importante não desconsiderar o fato de que ser liberal ou conservador, ou ser autoritário e apoiar a censura, tem significados diferentes em cada contexto político e cultural. Logo, embora fique claro que a influência genética é considerável, não é de se esperar uma replicação exata dos resultados em diferentes sociedades. Também não se pode esquecer que os estudos comparando gêmeos ou comparando filhos biológicos e

adotivos são observacionais e não experimentais, não sendo possível, portanto, descartar a possibilidade de variáveis não observadas serem relevantes para a explicação dos efeitos observados (WEINSCHENK et al., 2021). Além disso, mais pesquisas são necessárias para esclarecer quais são os mecanismos pelos quais se dá a herança genética (HEBBELSTRUP RYE RASMUSSEN et al., 2023).

Comportamento político

Da breve revisão acima, podemos destacar quatro fatores como os mais relevantes para explicar o comportamento político: a necessidade dos indivíduos de se sentirem pertencentes a uma comunidade, sua capacidade de empatia, a tendência à xenofobia e a influência que sofrem das redes sociais. Todas já têm sido abordadas em pesquisa de comportamento político.

Comunidade

A necessidade dos indivíduos de se sentirem pertencentes a uma comunidade implica na expectativa de que os eleitores tenham uma maior tendência de votar em candidatos que veem como pertencentes à mesma comunidade. E essa tendência será ainda maior se os candidatos conseguirem se apresentar como o centro da comunidade.

Pesquisadores investigando comportamento político, dependendo do tema específico de suas pesquisas, podem incluir perguntas sobre a quais comunidades os eleitores se sentem mais pertencentes:

- bairro, município, estado, região, nação, global, natureza?
- gênero, orientação sexual, cor da pele?

E, também, perguntar aos eleitores se eles acham que o candidato X também se sente pertencente às mesmas comunidades.

Em período de alta polarização política — como atualmente — pode também ser relevante perguntar se os eleitores, mais do que terem intenção de votar em alguém (o que pode ser por motivação racional), se se sentem pertencentes a uma comunidade de eleitores de um candidato específico (por exemplo, se se sentem lulistas ou bolsonaristas).

Se considerarmos que um eleitor se sente representado quando acredita que o político tomará as decisões que ele próprio tomaria se estivesse ocupando o cargo para o qual votou no político, então, quão robusta é a correlação entre sentimento de pertencimento a comunidades

específicas, crença de que os políticos pertencem às mesmas comunidades, e sensação de estar bem representado?

O sentimento de pertencimento a algo maior pode transcender a sensação de pertencimento a uma comunidade humana existente na atualidade. Minha expectativa é que se conseguirmos pensar em questões que meçam o quanto a pessoa se sente pertencente à natureza e o quanto se sente pertencente a uma comunidade de seres que inclui as gerações futuras, encontraremos correlação positiva entre esses sentimentos e a tendência a ser favorável a políticas de proteção ambiental. Tais perguntas permitiriam distinguir entre a motivação racional (temor de impacto sobre si próprio ou sobre seus filhos e netos) de uma motivação afetiva (sentimento de pertencimento a comunidade) para se sentir bem representado por políticos que defendem o meio ambiente.

Empatia

Como vimos foi (e continua sendo) fundamental para a sobrevivência dos indivíduos serem capazes de interpretar corretamente quais são os sentimentos e as intenções das outras pessoas. Nos casos em que isso não parece ser possível, é mais prudente agir com desconfiança. Por isso, é de se esperar que os eleitores tenham uma tendência maior de votar em candidatos que acreditam compreender empaticamente (no sentido weberiano). Serão mais bem votados os candidatos que convencerem os eleitores que vivenciam os mesmos sentimentos em situações semelhantes.

Exemplos de perguntas que permitiriam testar essas hipóteses seriam:

- Quais candidatos você acredita que pensam como você?
- Quais candidatos você acredita que entendem seus sentimentos?
- Quais candidatos você acredita que são sinceros?
- Quais são os candidatos cujas motivações você considera compreender?

Xenofobia

A tendência natural à desconfiança em relação a indivíduos pertencentes a outras comunidades também costuma ser explorada politicamente. Numa situação em que os eleitores acreditem que a sociedade está dividida em comunidades diferentes, serão mais bem votados os políticos que alimentarem essa desconfiança, colocando-se como defensores dos interesses de uma das comunidades.

Em complemento às perguntas sobre comunidades, pesquisadores interessados em investigar o efeito da xenofobia no voto podem perguntar sobre os sentimentos dos entrevistados em relação às comunidades às quais eles não mencionaram pertencer.

Redes sociais

A influência das redes sociais implica que teremos uma boa estimativa de como os cidadãos se comportam politicamente se perguntarmos a seus parentes, amigos e vizinhos sobre suas opiniões, atitudes e comportamento. Dos quatro aspectos das teorias evolucionistas aqui destacados, considero que as pesquisas que usam questionários como principal ferramenta de levantamento de dados mais falham na avaliação do efeito das redes sociais, principalmente as redes de contatos presenciais.

Os questionários são quase sempre aplicados a uma amostra tão representativa quanto financeiramente possível da população. Esse é um aspecto positivo dessas pesquisas ao permitir generalizar os resultados para toda a população. Mas as pessoas não vivem isoladas; elas vivem conectadas a outras pessoas. A não investigação dessas conexões implica numa coleta parcial dos dados que seriam relevantes e tem o potencial de resultar em conclusões equivocadas. Três formas de contornar esse problema seriam:

- Em vez de entrevistar indivíduos que não têm contato uns com os outros para garantir que o próximo entrevistado não está sob influência do anterior, entrevistar grupos de pessoas que se influenciam mutuamente (por exemplo, grupos de três vizinhos).
- Continuar entrevistando indivíduos isoladamente, mas perguntar quais são as pessoas com quem mais têm contato e quais são os valores e atitudes dessas pessoas.
- Complementar as pesquisas quantitativas com investigações qualitativas focadas nas redes sociais.

Considerações finais

As teorias evolucionistas podem ser uma das ferramentas usadas para elaborar hipóteses em pesquisas sobre comportamento político, mas não devemos esperar um impacto extraordinário nas pesquisas propriamente. Pesquisas em ciências sociais têm como foco causas e consequências sociais — o que é o esperado e não está errado — e têm feito isso bem (principalmente quando pesquisas qualitativas e quantitativas são combinadas). As teorias

evolucionistas são mais relevantes para se pensar sobre as limitações das investigações estritamente sociais. As universidades são burocraticamente divididas por área de conhecimento, mas a realidade não está subordinada a essas divisões. Quem pretender fazer uso prático de algum conhecimento produzido nas ciências sociais precisa ter noção do quão relevante é esse conhecimento. Especialmente para quem planeja políticas públicas, é preciso atenção para evitar propostas utópicas.

A tendência natural à xenofobia, acompanhada pela tendência dos indivíduos de avaliarem de forma mais emotiva do que racional informações que envolvem o seu próprio grupo em interação com outros grupos facilita o trabalho de líderes populistas, que exploram essas tendências naturais a seu favor. Notícias falsas se espalham com facilidade porque os indivíduos priorizam mais a lealdade a seu grupo do que a veracidade das informações.

Estudos evolucionistas mostram que os seres humanos estão e têm necessidade de estar conectados aos seus semelhantes, influenciando-se mutuamente. As pesquisas na ciência política, geralmente, focam demasiadamente nos indivíduos. Seria preciso mais atenção às dinâmicas das redes sociais, em especial às condições em que ocorre contágio emocional. A área de comportamento político se concentra nos interesses e valores dos cidadãos para explicar seu comportamento, mas pouco investiga as dinâmicas das redes sociais em que os cidadãos estão inseridos. De uma maneira geral, a ciência política precisa se afastar mais de uma filosofia política que pensa a democracia como constituída por indivíduos autônomos e investir mais no estudo empírico da dinâmica de interação entre as pessoas que faz a democracia funcionar melhor em alguns contextos do que em outros.

Uma área de crescente interesse é o estudo do comportamento político em relação a políticas ambientais. Na minha avaliação, as teorias evolucionistas também podem contribuir com os estudos nessa área. A crise ambiental decorrente da destruição de biomas e aquecimento global requer cooperação global e sacrifício das gerações atuais em favor das futuras. Ao que tudo indica, isso não está ocorrendo e não ocorrerá. A democracia representativa, quando funciona bem, resulta em governos atendendo aos interesses dos eleitores. Mas os humanos evoluíram para cooperar entre si e guerrear com os outros[5] e não para solidariedade universal e cooperação com as gerações futuras.

[5]Mais precisamente, os humanos são muito mais amistosos nos encontros com estranhos de outras comunidades do que os chimpanzés. Certamente, até são predominantes as normas de hospitalidade e solidariedade e não de desconfiança nesses encontros. Entretanto, os sentimentos em relação a pessoas de outras comunidades podem com relativa facilidade ser direcionados para a desconfiança e a raiva e alguns indivíduos mais hostis podem desencadear uma onda de ódio que serve de motivação para a guerra.

Referências

ADOLPHS, R. The social brain: neural basis of social knowledge. *Annual Review of Psychology*, v. 60, n. 1, p. 693–716, 1 jan. 2009.

ALFORD, J. R.; HIBBING, J. R. The origin of politics: an evolutionary theory of political behavior. *Perspectives on Politics*, v. 2, n. 04, p. 707–723, dez. 2004.

BELL, E.; SCHERMER, J. A.; VERNON, P. A. The origins of political attitudes and behaviours: an analysis using twins. *Canadian Journal of Political Science*, v. 42, n. 4, p. 855–879, dez. 2009.

CHRISTAKIS, N. A. *Blueprint: the evolutionary origins of a good society*. First edition ed. New York, NY: Little, Brown Spark, 2019.

CHRISTAKIS, N. A.; FOWLER, J. H. *Connected: the surprising power of our social networks and how they shape our lives*. First ebook edition ed. New York: Little, Brown Spark, 2011.

HATEMI, P. K. et al. Genetic influences on political ideologies: twin analyses of 19 measures of political ideologies from five democracies and genome-wide findings from three populations. *Behavior Genetics*, v. 44, n. 3, p. 282–294, maio 2014.

HEBBELSTRUP RYE RASMUSSEN, S. et al. Educational attainment has a causal effect on economic, but not social ideology: evidence from discordant twins. *Political Studies*, v. 71, n. 1, p. 256–275, fev. 2023.

HO, W. C. Returning biology to evolutionary sociology: reflections on the conceptual hiatuses of “new evolutionary sociology” as a vantage point. *Sociological Perspectives*, v. 66, n. 1, p. 123–144, fev. 2023.

PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. The psychology of fake news. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 25, n. 5, p. 388–402, maio 2021.

PETERSEN, M. B. *The evolutionary approach to political psychology*. [s.l.] PsyArXiv, 31 jan. 2022. Disponível em: <https://osf.io/372cr>.

TOOBY, J.; COSMIDES, L. The psychological foundations of culture. Em: BARKOW, J. H.; COSMIDES, L.; TOOBY, J. (Org.). *The adapted mind: evolutionary psychology and the generation of culture*. New York: Oxford University Press, 1992. p. 19–136.

TURNER, J. H. et al. *The emergence and evolution of religion by means of natural selection*. New York: Routledge,Taylor & Francis Group, 2018.

TURNER, J. H. *On human nature: the biology and sociology of what made us human*. 1. ed. New York: Routledge, 2021.

VAN BAVEL, J. J.; PEREIRA, A. The partisan brain: an identity-based model of political belief. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 22, n. 3, p. 213–224, mar. 2018.

VAN LEEUWEN, F. et al. Morality as cooperation, politics as conflict. *Social Psychological Bulletin*, v. 19, p. e10157, 19 jan. 2024.

VAN LEEUWEN, F.; PETERSEN, M. B. Emotions in politics. Em: AL-SHAWAF, L.; SHACKELFORD, T. K. (Org.). *The Oxford handbook of evolution and the emotions*. New York: Oxford University Press, 2023. p. 607–621.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 1994.

WEINSCHENK, A. C. et al. The relationship between political attitudes and political participation: Evidence from monozygotic twins in the United States, Sweden, Germany, and Denmark. *Electoral Studies*, v. 69, p. 102269, fev. 2021.

WILLOUGHBY, E. A. et al. Parent contributions to the development of political attitudes in adoptive and biological families. *Psychological Science*, v. 32, n. 12, p. 2023–2034, dez. 2021.